

**As câmeras
corporais na
Polícia Militar do
Estado de São Paulo:
processo de
implementação
e impacto nas
mortes de
adolescentes**

As câmeras corporais na Polícia Militar do Estado de São Paulo: processo de implementação e impacto nas mortes de adolescentes

Expediente

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF)

Youssef Abdel-Jelil
Representante do UNICEF no Brasil

Paola Babos
Representante adjunta para Programas do UNICEF no Brasil

Rosana Vega
Chefe de Proteção à Criança do UNICEF no Brasil

Sonia Yeo
Chefe de Comunicação e Parcerias do UNICEF no Brasil

Liliana Chopitea
Chefe de Políticas Sociais, Monitoramento e Avaliação do UNICEF no Brasil

Adriana Alvarenga
Chefe do Escritório do UNICEF em São Paulo

NÚCLEO EDITORIAL | UNICEF

Boris Diechtiareff
Especialista em Monitoramento e Avaliação do UNICEF no Brasil

Danilo Moura
Oficial de Monitoramento e Avaliação do UNICEF no Brasil

Benedito Rodrigues dos Santos
Consultor de Proteção à Criança do UNICEF no Brasil

Mayara Barbosa
Oficial de Comunicação do UNICEF no Brasil

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Ficha institucional

Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Coordenação de Projetos

David Marques

Coordenação Institucional

Juliana Martins

Supervisão de Núcleo de Dados

Isabela Sobral

Equipe Técnica

Juliana Brandão

Betina Warmling Barros

Dennis Pacheco

Amanda Lagreca Cardoso

Talita Nascimento

Marina Bohnenberger

Thaís Carvalho (estagiária)

Pesquisador associado

Aiala Colares Couto

Supervisão Administrativa e Financeira

Débora Lopes

Equipe Administrativa

Elaine Rosa

Sueli Bueno

Antônia de Araujo

Conselho de Administração

Presidente: Cássio Thyone A. de Rosa

Presidente de honra: Elizabeth Leeds

Conselheiros

Alexandre Pereira da Rocha

Arthur Trindade M. Costa

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Denice Santiago

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Juliana Lemes da Cruz

Marlene Inês Spaniol

Paula Ferreira Poncioni

Roberto Uchôa

Conselho Fiscal

Lívio José Lima e Rocha

Patrícia de Oliveira Nogueira

Ficha técnica do projeto

Supervisão

Renato Sérgio de Lima

Coordenação

Samira Bueno

Consultor

Alan Fernandes

Equipe

David Marques

Isabela Sobral

Dennis Pacheco

Talita Nascimento

Sumário

1. Apresentação	4
2. Introdução.....	6
3. Antecedentes.....	8
3.1. Evidências científicas sobre o uso de câmeras corporais no fardamento dos policiais	10
4. O Programa Olho Vivo.....	11
4.1. Modalidade de contratação	12
4.2. Gravação.....	12
4.3. Vídeo Intencional e Vídeo de Rotina.....	12
4.4. Questão crítica.....	13
4.5. Software de Gestão das Imagens.....	14
5. Outras medidas de controle do uso da força: o caso da Comissão de Mitigação de Riscos	16
5.1. Composição e funcionamento e duração	16
6. Letalidade policial por batalhão: efeitos do Programa Olho Vivo.....	19
6.1. Perfil das vítimas de letalidade policial	21
7. Vitimização policial.....	26
8. Denúncias de concussão e corrupção policial.....	27
9. Recomendações	29
Cronologia do processo de implementação das COP	33
Referências bibliográficas.....	35

1. Apresentação

Cada vida adolescente importa

Para garantir os direitos de cada criança, é preciso compreender que cada fase da vida importa. Quando falamos da primeira década da vida de uma pessoa, nos preocupamos em promover o acesso à educação, alimentação, saúde e a uma rede de proteção e prevenção de violências. Mas e na segunda década? Qual é o nível de atenção necessário para que cada adolescente viva plenamente, se desenvolva integralmente e participe ativamente das decisões que o impactam?

A segunda década da vida é uma fase de desenvolvimento extraordinária. É o momento em que o adolescente desenvolve a autonomia, sai do universo familiar e passa a decidir por si próprio. É a fase da interação e da criação de redes. E é, principalmente, a hora de construir a própria identidade. É também na adolescência que uma pessoa está sensível a diversos fatores de risco que podem ameaçar e impactar negativamente o seu desenvolvimento em diferentes níveis, bem como aumentar a probabilidade de sofrer algum tipo de violência, entre elas a violência letal.

A violência é multideterminada, podendo acontecer como um episódio único, ou ser resultado de múltiplas violações de direitos que podem acontecer desde a infância. Falta de acesso à escola ou de incentivo para permanecer nela se desenvolvendo e aprendendo, falta de oportunidades adequadas para inserção no trabalho decente, inexistência ou insuficiência de apoio para questões de saúde mental e reprodutiva, entre outros fatores, podem marcar a trajetória de vida de meninos e meninas. A violência letal na adolescência também pode ocorrer pela fragilidade de mecanismos de proteção e de uma rede intersetorial para prevenção de violências e pela nossa dificuldade em entender como interagir com pessoas nesta fase da vida de maneira empática, acolhedora e não violenta.

No estado de São Paulo, desde 2018, o UNICEF vem atuando com prioridade para a prevenção da violência letal na adolescência para que nenhuma vida adolescente seja interrompida de maneira violenta, como em casos de homicídios, latrocínios, violência sexual e mortes em decorrência de intervenção policial. Um dos elementos que motivou esse trabalho em São Paulo foi a constatação de que, no estado, apesar de uma queda expressiva nos indicadores

de violência letal por décadas, a violência contra adolescentes, especialmente adolescentes negros, não caía, ou caía mais lentamente, do que contra outros segmentos da população. Além disso, os adolescentes eram, historicamente, a faixa etária com as maiores taxas de mortes decorrentes de intervenção policial. Desde 2020, isso mudou - o número de adolescentes mortos de forma violenta, incluindo as mortes em decorrência de intervenção policial, diminuiu muito, em pouco tempo. Como essa queda coincidiu com a adoção da política de câmeras operacionais portáteis (COP) pela Polícia Militar do estado, nos juntamos ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública, parceiro de muitas iniciativas, para compreender como esses dispositivos foram adotados e o impacto que tiveram sobre a atuação policial, e outras iniciativas simultâneas adotadas pelo governo paulista que coincidiram com o período de queda das mortes de adolescentes pela violência letal.

Qualquer política pública associada a mais meninos e meninas protegidos da violência letal precisa ser entendida em detalhes; é fundamental compreender as políticas de prevenção que se mostram efetivas e garantir a continuidade e escalabilidade delas para que os indicadores não retrocedam. Além disso, é preciso entender o potencial desta fase da vida e investir nela. Adolescentes têm um jeito próprio de ser, de se expressar e conviver, segundo a etapa de desenvolvimento que estão atravessando. São criativos, têm enorme vontade e capacidade de aprender e de contribuir. Devem estar protegidos de todas as formas de violência e vistos como uma segunda janela de oportunidades que precisamos manter aberta e uma grande oportunidade para o desenvolvimento do estado de São Paulo e para o Brasil.

Youssef Abdel-Jelil
Representante do UNICEF no Brasil

2. Introdução

Na última década, departamentos de Polícia mundo afora passaram a implementar o uso de câmeras corporais (COP) nos fardamentos dos policiais. Seja com a justificativa de reduzir os níveis de uso da força, fortalecer mecanismos de controle ou melhorar a produtividade, o fato é que a utilização de câmeras no dia a dia do patrulhamento tem sido vista como sinônimo de profissionalização das forças policiais. Um relatório do Bureau Justice Statistics¹ publicado em 2018 indicava que, no ano de 2016, 47% das forças policiais dos EUA já utilizavam câmeras corporais, percentual que chegava a 80% nos casos de grandes departamentos de polícia.

No Brasil, as experiências de adoção de câmeras corporais são recentes e escassas, mas têm sido apontadas como um mecanismo promissor para reduzir a letalidade provocada pelas polícias e fortalecer a confiança da população. Embora alguns estudos científicos corroborem essa hipótese, demonstrando redução dos níveis de uso da força quando da implementação das COP na rotina de trabalho dos policiais (Sutherland et al., 2017; Ariel et al., 2015, 2017, 2018; Maskaly et al., 2017; Braga et al. 2017), outras pesquisas não indicaram resultados similares (Braga et al., 2018; Lum et al, 2020), o que parece estar vinculado em grande medida ao cumprimento ou não do protocolo de acionamento da câmera (Ariel et al, 2016, Hedberg et al., 2016; Magaloni et al, 2022).

Políticas com potencial de impactar a violência policial reverberam também em políticas de proteção contra a violência contra crianças e adolescentes em um estado como São Paulo: de acordo com o Comitê Paulista Pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, houve quase 1.000 mortes decorrentes de intervenção policial no estado entre 2015 e 2018 em que quem morreu tinha menos de 19 anos; isso representou mais de 1 em cada 3 pessoas mortas pela polícia paulista naqueles anos².

Este documento conecta esses pontos e apresenta o histórico de implementação do Programa Olho Vivo na Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), que incorporou as câmeras operacionais portáteis (COP) na rotina de 62 batalhões do estado entre 2020 e 2022, bem como os dados de letalidade no pe-

1 Body-Worn Cameras in Law Enforcement Agencies, 2016. Disponível em <https://bjs.ojp.gov/library/publications/body-worn-cameras-law-enforcement-agencies-2016>.

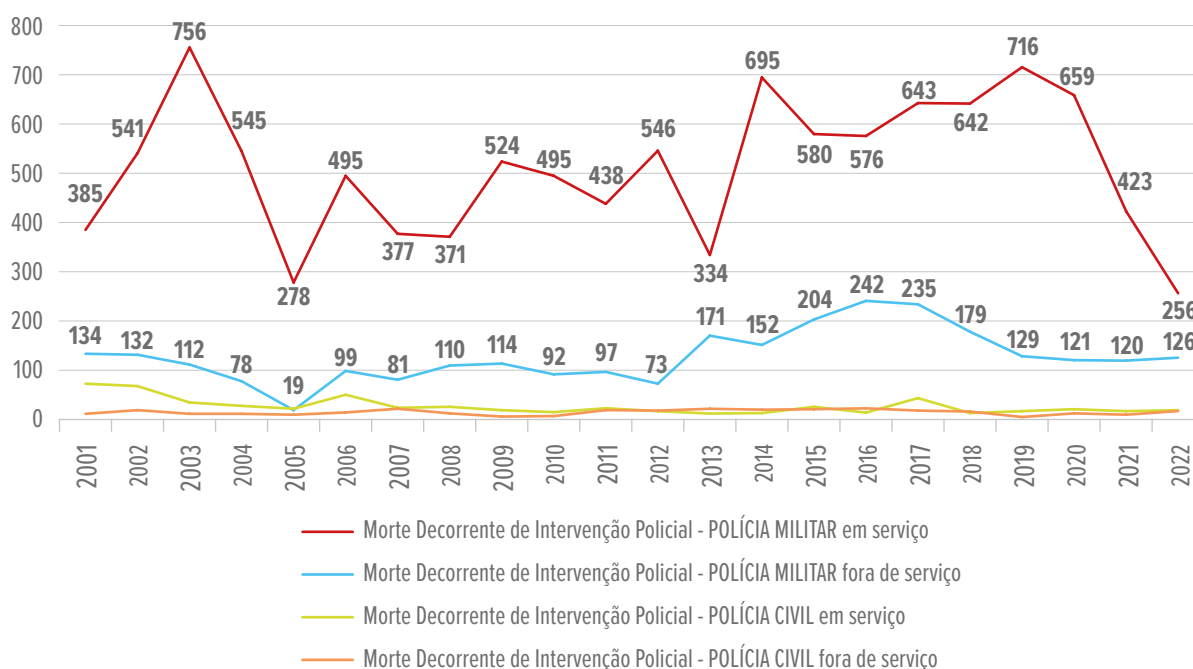
2 Vidas Protegidas: Por um estado mais seguro para nossos meninos e meninas. Junho, 2019. Em: https://www.pelavidadeadolescentes.com.br/_files/ugd/d89e7e_de3f8a6b27bc48519a128b6afb0d0b71.pdf

ríodo, chamando atenção para letalidade contra adolescentes. Os resultados indicam que o programa se mostrou positivo ao reduzir a letalidade provocada por policiais em serviço: os batalhões que incorporaram o uso das câmeras corporais tiveram redução de 76,2% na letalidade dos policiais militares em serviço entre 2019 e 2022, enquanto nos demais batalhões a queda foi de 33,3%. O número de adolescentes mortos em intervenções de policiais militares em serviço caiu 66,7%, passando de 102 vítimas em 2019 para 34 em 2022. A vitimização dos policiais no horário de trabalho também apresentou redução, registrando os menores números da história nos últimos dois anos. Os dados indicam que as COP constituem um importante mecanismo de controle do uso da força letal e de proteção ao policial, mas também que a tecnologia configura um instrumento adicional que não deve ser visto como panaceia para os desafios relativos ao uso da força policial. A implantação do Programa Olho Vivo faz parte de um projeto mais amplo que fortaleceu aspectos de governança, controle e *accountability* na gestão de trabalho da PMESP.

3. Antecedentes

- ▶ Ao longo de 22 anos, 15.035 pessoas foram mortas em razão de ações de policiais no Estado de São Paulo 93,4% delas resultaram da ação de policiais militares, a maioria delas em ocorrências em serviço.
- ▶ A partir do ano de 2014, as mortes provocadas por intervenções de policiais militares (MDIP) se mantiveram em patamares muito elevados. Entre 2014 e 2020, foram em média 824 mortes anuais envolvendo policiais militares, e 78% das vítimas morreram em situações que os policiais estavam no horário de serviço.
- ▶ Uma característica da letalidade provocada pela polícia no Estado de São Paulo sempre foi o elevado número de adolescentes entre as vítimas. Em 2017, por exemplo, 36% das vítimas de intervenções de PMs em serviço eram crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos
- ▶ Os elevados índices de homicídios de crianças e adolescentes no Estado motivaram, em 2018, a criação do Comitê Paulista pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, articulação intersetorial e suprapartidária entre o UNICEF, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e o Governo do Estado de São Paulo. A partir de 2019, o Comitê passou a trabalhar em forte sintonia com a sociedade civil organizada, buscando contribuir com incidências capazes de prevenir à violência letal entre meninos e meninas, incluindo a letalidade provocada pelas polícias.

GRÁFICO 1: Mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora, PM e PC, no Estado de São Paulo



Fonte: Resolução SSP-516/00; Diário Oficial do Estado de São Paulo.

- ▶ Em maio de 2019, o Ministério Público, através da Promotoria de Justiça e Direitos Humanos da Capital, ajuizou uma ação civil pública (ACP) pedindo a condenação do Estado de São Paulo pelos elevados índices de letalidade provocado pelas forças policiais. Foram também requeridas ações para aprimorar o controle da atividade policial, a responsabilização criminal e civil dos policiais e reduzir a letalidade e vitimização dos agentes de segurança pública.
- ▶ Soma-se ao contexto crítico de pressão provocada pela ação civil pública o episódio conhecido como Massacre de Paraisópolis. Na madrugada de 1 de dezembro de 2019, policiais da Força Tática do 16º Batalhão Metropolitano deram início a uma ação repressiva no baile funk da DZ7, na comunidade de Paraisópolis. Na ação, os frequentadores correram para um estreito beco para fugir da ação policial, o que provocou o confinamento e pisoteamento das pessoas, resultando nas mortes de 9 adolescentes e jovens entre 14 e 23 anos³.
- ▶ Em abril de 2020, o maior número de pessoas mortas em intervenções de policiais militares foi registrado em São Paulo, com 102 vítimas, crescimento de 43,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando 71 pessoas tinham sido mortas. É neste contexto de alta das mortes em intervenções policiais e sob a pressão política da ação civil pública e do caso de Paraisópolis e seus desdobramentos que um novo comandante geral toma posse e dá início a adoção de diferentes ações com foco no controle dos níveis de uso da força na gestão do Coronel Fernando Alencar como Comandante Geral da PMESP.
- ▶ Em 2021, a ação do Comitê Paulista pela Prevenção de Homicídios na Adolescência resultou na sanção da lei 17.428/2021⁴, que estabelece prioridade de investigação dos inquéritos que envolvam mortes de crianças e adolescentes.
- ▶ Em 2023, a sanção da lei 17.652/2023 instituiu a Política Paulista de Prevenção das Mortes Violentas de Crianças e Adolescentes, mas a versão aprovada pelo Governo paulista considerou como mortes violentas casos de homicídio, lesão corporal seguida de morte, latrocínio, feminicídio e estupro seguido de morte, vetando do artigo 2º as mortes por intervenções policiais.

3 Na madrugada de 1 de dezembro de 2019, após policiais cercarem o quarteirão onde ocorria o baile da DZ7, na comunidade de Paraisópolis, seguiu-se um tumulto envolvendo parte da multidão, estimada entre 5 mil e 8 mil pessoas. Como resultado, 9 adolescentes e jovens morreram pisoteados. Segundo a necropsia dos corpos, os pulmões das vítimas não conseguiram fazer movimentos básicos da respiração, o que as levou a morte por asfixia. As vítimas tinham entre 14 e 23 anos e chegaram sem vida ao hospital. As vítimas da ação em Paraisópolis eram: Marcos Paulo Oliveira dos Santos (16 anos), Denys Henrique Quirino da Silva (16 anos), Dennys Guilherme dos Santos Franco (16 anos), Gustavo Cruz Xavier (14 anos), Gabriel Rogério de Moraes (20 anos), Mateus dos Santos Costa (23 anos), Bruno Gabriel dos Santos (22 anos), Eduardo da Silva (21 anos), Luara Victória de Oliveira (18 anos). Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/12/01/paraisopolis-mortes-baile-funk-dezembro-2019-3-anos-depois-pms-contradicoes.htm#:~:text=Massacre%20de%20Parais%C3%B3polis%3A%2021%20minutos,PM%20que%20deixou%209%20mortos.>

4 De autoria dos Deputados Marina Helou (REDE), Erica Malunguinho (PSOL), Patrícia Bezerra (PSDB), Paulo Fiorilo (PT) e Delegado Bruno Lima (PSL). Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2021/lei-17428-08.10.2021.html>

3.1. Evidências científicas sobre o uso de câmeras corporais no fardamento dos policiais

Departamento de Polícia de Rialto	Durante o experimento houve <u>redução de 50% nas ocorrências de uso da força, mas a pesquisa não verificou efeito significativo sobre as denúncias contra policiais.</u>	Ariel et al., 2015, 2017, 2018; Maskaly et al., 2017
Departamento de Polícia de Rialto	Estudo compilou os resultados de quatro anos de avaliação do experimento de Rialto. <u>As unidades que não utilizavam as câmeras tiveram duas vezes mais incidentes de uso da força comparadas com as que as usavam.</u>	Sutherland et al., 2017
Departamento de Polícia Metropolitana de Las Vegas	O uso das câmeras corporais promoveu mudanças significativas no comportamento dos policiais ao reduzir conflitos. Os resultados mostraram uma redução de 14% no número de denúncias contra policiais do grupo tratamento, em relação ao grupo controle, e de 11,5% no número de relatórios de uso da força.	Braga et al., 2017, 2018b
Departamento de Polícia de Boston	Estudo aleatorizado controlado investigou o impacto do programa piloto de implementação de câmeras corporais, <u>mas não encontrou efeito significativo nos níveis de uso da força por parte dos policiais que fizeram uso da tecnologia.</u>	Braga et al., 2018a
Diferentes departamentos de polícia - revisão sistemática	Revisão sistemática dos achados de 30 estudos sobre os efeitos do uso de câmeras corporais nas atitudes de policiais e no comportamento dos cidadãos. <u>O estudo indicou que a adoção das câmeras pode reduzir o número de reclamações de cidadãos contra policiais, contudo, não encontrou evidências suficientes de redução dos níveis de uso da força.</u>	Lum et al, 2020.
8 Departamentos de Polícia diferentes	Estudo randomizado controlado <u>não verificou efeito das câmeras corporais nos incidentes envolvendo uso da força</u> , mas mostrou que a adoção da tecnologia pode reduzir o número de reclamações de cidadãos contra policiais. Quando os policiais cumpriram o protocolo as taxas de uso da força caíram 37%, mas quando não cumpriram o protocolo e escolheram quando ligar ou desligar a câmera, as taxas de uso da força foram 71% maiores. <u>O estudo destaca que a discricionariedade para ligar e desligar a câmera por parte dos policiais que a utilizam pode ser a razão para os limitados resultados.</u>	Ariel et al, 2016.
Departamento de Polícia de Arlington, Texas	Estudo aleatorizado controlado contou com a participação de 84 policiais e a alocação das câmeras foi feita aleatoriamente, com 50% de chance de cada policial usar ou não a câmera corporal em cada turno. O estudo mostrou uma queda de 38% nas denúncias no grupo que utilizou câmeras, enquanto no grupo que não utilizou houve um aumento de 4%. Apesar destes resultados, <u>não houve melhoria na percepção dos cidadãos em relação aos policiais que utilizaram câmeras corporais em comparação aos que não as usaram.</u>	Goodison & Wilson, 2017
Departamento de Polícia de Phoenix	Avaliação quasi-experimental, teve as áreas de patrulhamento como unidades de análise, divididos igualmente entre áreas de controle e tratamento. Os resultados mostraram que <u>o número de denúncias no grupo tratamento (que usavam câmeras corporais) foi cerca de 60% menor do que no grupo controle</u> , além de ter havido uma menor ocorrência de resistência à prisão. O estudo também usou a resistência à prisão como possível proxy para o uso da força e verificou que esse evento ocorreu menos na área tratamento (6,2%) do que na área controle (9,3%). No entanto, <u>o estudo mostrou baixos índices de ativação das câmeras no momento do atendimento às ocorrências, ocorrendo em apenas 32% dos incidentes</u> , com maior incidência de ativação em casos de violência doméstica (47%), crimes envolvendo outras violências (39%), crimes patrimoniais (26,5%) e infrações no trânsito (6,5%).	Hedberg et al. (2016)
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro	Experimento com 470 policiais militares do Rio de Janeiro que atuavam na Rocinha, entre dezembro de 2015 e novembro de 2016, com acompanhamento de 8.500 turnos de serviço. A pesquisa mostrou que os policiais tiveram grande resistência em realizar o acionamento das câmeras, mesmo em atendimentos de rotina. No BOPE, em 70% das ocorrências os policiais desobedeceram ao protocolo e não acionaram as COP. Mesmo diante do não acionamento do dispositivo na maioria das ocorrências, os pesquisadores calcularam uma redução de 46% das atividades de policiamento que exigiam algum tipo de proatividade dos agentes, como abordagens, bem como redução de 43% na probabilidade de os policiais atenderem a chamados recebidos via 190.	Magaloni, Melo e Robles, 2022
Polícia Militar do Estado de São Paulo	O estudo analisou as médias de mortes provocadas por policiais militares em serviço entre os batalhões que receberam as câmeras corporais e os demais nos períodos anterior e posterior à implementação da política. Em média, as COP evitaram 0,81 mortes por intervenção policial por mês em cada batalhão participante do programa, resultado estatisticamente significativo em um modelo de mínimos quadrados ordinários (MQO). Ao todo, foram evitadas 88 mortes ao longo de seis meses em 18 batalhões.	Lima et al., 2022
Polícia Militar do Estado de São Paulo	Adotando o método quasi-experimental de diferenças-em-diferenças, a pesquisa estabeleceu um grupo tratamento e um controle, comparando variações nas ocorrências envolvendo seus membros antes e depois da implementação das câmeras no Programa Olho Vivo, tendo por unidade analítica a Companhia da Polícia Militar ou sua área correspondente. As ocorrências avaliadas foram: mortes decorrentes de intervenção policial, lesões decorrentes de intervenção policial, flagrantes, porte ilegal de armas, porte e tráfico de drogas, homicídios e roubos. O estudo concluiu que o uso de câmeras teve contribuição fundamental para a redução dos níveis de uso da força letal, estimando em 104 mortes evitadas pelo programa ao longo de 14 meses, quando considerada apenas a região metropolitana da capital. O estudo também demonstrou aumento nos indicadores de produtividade policial, bem como redução dos registros de desacato e resistência à prisão.	Monteiro et al., 2022

4. O Programa Olho Vivo

Adotado a partir de 2020 pela Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), o Programa Olho Vivo contempla a implantação das câmeras operacionais portáteis (COP) nos uniformes dos policiais. Não obstante a a redução do uso da força, foi a ideia de ampliar a capacidade operacional o que motivou a elite da corporação a implementar o programa, o que aporta legitimidade junto à opinião pública e com o público interno.

Ainda que as experiências com câmeras corporais, em menor ou maior escala, já tenham sido empregadas desde 2014, a disposição tecnológica iniciada em 2021 representou uma mudança significativa em relação ao modelo anterior, em razão da perda da discricionariedade do agente em gerar gravações sobre o seu serviço. Ou seja, na experiência da PMESP, os policiais não têm controle sobre o acionamento da COP, uma vez que a gravação ocorre de forma ininterrupta.

A COP atualmente em utilização pela PMESP é a “Axon Body 3” e tem como fabricante a empresa estadunidense Axon. As Axon Body 3 são usadas junto ao peito dos policiais militares de São Paulo. Essa localização corporal difere de outras formas de transporte já utilizadas por outras polícias, como a fixação das COP próximo a um dos ombros ou junto à cabeça, fixado nas coberturas (chapéus, boinas, quepes, etc.) dos uniformes policiais. Diferentes produtos do mercado oferecem diferentes formas de fixação. Segundo relatos de entrevistados pertencentes à PMESP, a localização junto ao peito é a melhor posição pelo fato de permitir um ângulo de captação de imagens mais privilegiado e na altura adequada para a captação dos eventos de interesse, como a tomada da maior parte do corpo das pessoas com as quais os policiais interagem, além da captação de regiões de interesse da ação policial, sobretudo suas mãos.

Ainda sobre a fixação das câmeras, um dos entrevistados afirmou que o modelo em uso pela PMESP tem a grande vantagem de possuir presilhas resistentes o suficiente a ponto de impedir o desacoplamento acidental dos uniformes, o que ocorrera em modelos adotados anteriormente a 2021. As COP fixadas por tiras de tecido viam-se retiradas dos uniformes nas ações policiais mais críticas, como as que exigiam o contato do peito com anteparos (transpor muros, deitar-se no chão ou adentrar espaços estreitos). Segundo relatos dos entrevistados, na atual experiência, não foram reportados casos de queda acidental das COP adotadas.

4.1. Modalidade de contratação

O modelo de licitação adotado pela PMESP não foi o de aquisição de produtos, o que implicaria em custos ligados à manutenção das câmeras bem como substituição em caso de obsolescência. Por meio de uma modalidade licitatória chamada *comodato*, a PMESP contratou o serviço de prestação de serviços para a solução integrada de captação, armazenamento, transmissão gestão e custódia de evidências digitais por câmeras operacionais portáteis nas atividades policiais (SÃO PAULO (ESTADO). POLÍCIA MILITAR, 2020).

4.2. Gravação

Uma característica importante da COP adotada pela PMESP é o chamado “*buffer pré-evento*”. Essa ferramenta possibilita que os dados ambientais sejam gravados mesmo antes do acionamento do botão de gravação (duplo clique de um botão central na parte da frente da câmera) pelo usuário. Com isso, a câmera recupera os dados já gravados, permitindo retomar os momentos que antecederam o acionamento da função de gravação pelo policial, chamado *vídeo intencional*. Segundo o fabricante, o equipamento resgata 120 segundos de gravação. No modelo adotado pela PMESP, são recuperados 90 segundos anteriores à gravação intencional (DEFENDA PM, 2021).

4.3. Vídeo Intencional e Vídeo de Rotina

Uma das principais variações do modelo de implementação das COP pela PMESP é a gravação ininterrupta das imagens e sons captados, o que seria a primeira experiência nesse sentido realizada no mundo (ROSSANO, 2022). Assim, diferentemente das experiências de utilização das COP por outras polícias, cujo armazenamento dos dados se dá apenas pelo acionamento da gravação intencional (incluindo os dados de “buffer pré-evento” anteriormente explicado), as COP armazenam o turno de serviço completo dos policiais militares, e, assim, independentemente do acionamento da função de gravação. Os dados (imagens e sons) obtidos sem o acionamento da gravação são chamados pela PMESP de vídeos de rotina, enquanto aqueles obtidos pelo acionamento deliberado do policial são chamados de vídeos intencionais.

Os vídeos intencionais e os vídeos de rotina trazem algumas diferenças quanto à resolução das imagens, reprodução do som ambiente e período de armazenamento.

TABELA 1: Resolução das imagens, reprodução do som ambiente e período de armazenamento
por tipo de vídeo

	Resolução das imagens	Reprodução do som ambiente	Período de Armazenamento
Vídeos intencionais	720 pixels	Sim	1 ano
Vídeos de rotina	480 pixels	Não	90 dias

Fonte: Anexo 1 do Edital de Pregão Presencial Internacional DTIC nºPR – 183/0012/20 (SÃO PAULO (ESTADO). POLÍCIA MILITAR, 2020); Câmeras corporais na PMESP (DEFENDA PM, 2021). Elaborado pelos autores.

Com o intuito de reduzir custos, a resolução das imagens dos vídeos de rotina não tem a mesma configuração que os vídeos intencionais, assim como não armazenam o som ambiente. Aliado a isso, os vídeos de rotina permanecem arquivados por um período menor (90 dias), enquanto os vídeos intencionais permanecem arquivados por mais tempo (1 ano). A respeito de prazo de armazenamento, os vídeos que foram compartilhados com usuários ou órgãos cadastrados no software de gestão das COP permanecem por 3 anos arquivados.

4.4. Questão crítica

Pode-se afirmar que a questão da gravação de vídeos de rotina é a mais sensível quanto à continuidade da trajetória do programa, em razão de que afeta centralmente uma questão muito característica do trabalho policial: a discricionariedade. Isso porque o policial militar de São Paulo, diferentemente de outras polícias no mundo que adotaram as COP, não possui autonomia para decidir o que gravar. Isso traz algumas implicações.

A primeira delas recai sobre a intimidade do policial, cujas ações serão filmadas nas mais singelas interações operacionais, como os contatos com a comunidade, por exemplo. Ainda que lhe seja permitido retirar a COP em algumas situações⁵, sobretudo no uso de banheiros e nos períodos de refeições, a questão da perda da privacidade foi apropriada por parcela da opinião pública para se colocar contra a implantação das COP⁶. Tem-se, assim, um argumento com forte penetração contra a gravação ininterrupta das imagens.

5 Item 6.9.3 da Diretriz nºPM3 – 001/02/22 (PMESP, 2022a): “Após o início do serviço, a COP somente poderá ser removida do EPI do policial militar, em caráter extraordinário, para ajustá-la em sobreposição ou retirada de peças complementares do fardamento (jaqueta, capote, capa impermeável, etc.), desde que não ocorra durante gravação intencional de fato de interesse policial, e para uso do sanitário. Nessas ocasiões, o equipamento deverá ser mantido no modo *Stand-by* [gravação de rotina] e em poder de outro policial-militar”;

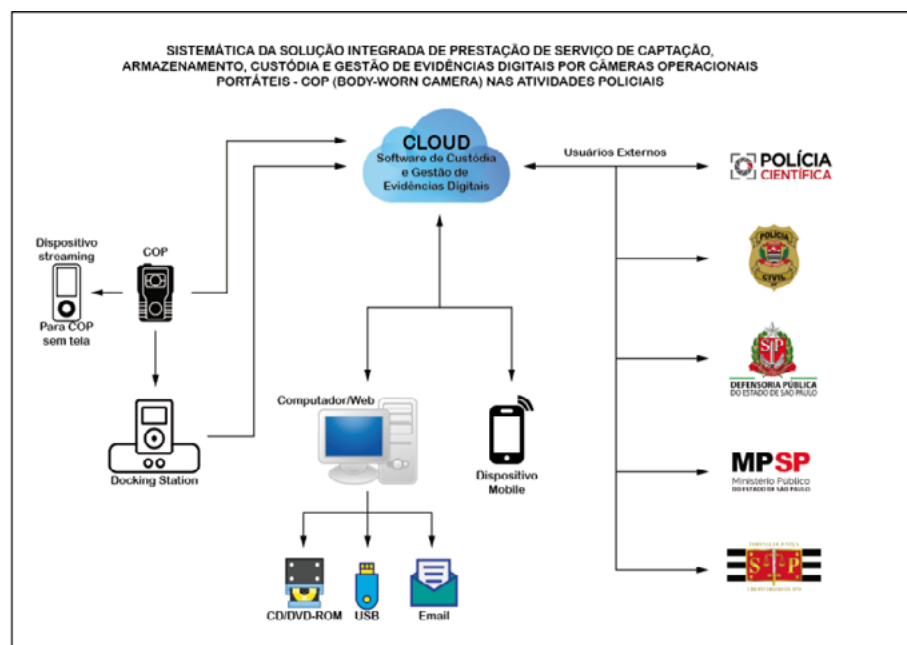
6 Um dos candidatos ao Governo do Estado de São Paulo afirmou que “imagina uma policial que vai ao banheiro, e a câmera gravando, 12 horas seguidas sem nenhuma interrupção. Só vai ligar a câmera quando estiver em ação, quando a pessoa saca a arma, liga a câmera. É automático, sacou a arma, ligou, mexeu no cassetete, ligou” (FREITAS, 2022). Em vídeo do YouTube, foi afirmado que tem PM sendo punido porque “falou mal de Oficial” (DP PODCAST, 2022).

4.5. Software de Gestão das Imagens

Tão importante quanto as funcionalidades da COP é o *software* de gestão dos dados gravados por ela. O denominado *Sistema de Gerenciamento, Custódia e Compartilhamento de Evidências Digitais (Evidence)* é a plataforma digital que permite transformar os dados obtidos em informação a ser consumida pelos interessados nela, tanto interna à PMESP (supervisores operacionais, educação policial, corregedoria) quanto externamente a ela (sociedade civil e outros órgãos do sistema criminal e de controle da atividade policial).

Importa trazer inicialmente que, muito diferentemente das experiências de 2014 e 2016, os dados não ficam armazenados em um servidor corporativo, mas em uma nuvem (cloud storage) contratada junto à Axon, o que traria ganhos em termos econômicos, já que o armazenamento em nuvem é menos oneroso que a aquisição de computadores, além de promover melhor capacidade escalabilidade de uso de armazenamento, o que se mostra fundamental em razão do volume de dados produzidos pelas COP.

FIGURA 1: Diagrama de custódia



Fonte: ANEXO "B" à DIRETRIZ Nº PM3-001/02/22 (PMESP, 2022a)

O *Evidence* é operado pelos diversos usuários do sistema, desde o patrulheiro até os comandantes da PMESP. Há a previsão de cadastramento de outros *stakeholders*, como a Polícia Civil, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário estadual. Cada um dos usuários opera o sistema mediante cre-

denciais que confere determinados privilégios de sistema. Não há, contudo, para quaisquer deles, a possibilidade de editar as imagens. Para os patrulheiros (em geral, soldados e cabos) é possível rever os seus vídeos intencionais assim como *etiquetá-los (tag)*, atribuindo-lhes os dados da ocorrência atendida. Importa destacar que, quando não houver ocorrência despachada previamente ao patrulheiro, o Procedimento Operacional Padrão determina que ele gere um registro junto à Central de Operações, sob a codificação “Z13”. Assim, a título de exemplo, cada abordagem pessoal tanto deverá gerar um vídeo intencional, quanto um registro junto à Central.

Para os supervisores (sargentos, subtenentes e tenentes) é habilitada a função de visualizar os vídeos intencionais, auditar o etiquetamento feito por seus subordinados e colocar observações e apontamentos. Para estes, normas internas determinam que sejam feitas auditorias sobre ao menos 3 vídeos (2 para sargentos e 1 para tenentes) gerados pelos policiais coordenados por eles. Esses processos, tanto para operacionais quanto para supervisores, pode ser feito por uma estação de trabalho, pelos equipamentos computacionais instalados em viatura ou pelo aplicativo disponível para instalação dos *smartphones* pessoais.

Aos escalões superiores anteriormente descritos (capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis) são possíveis as ações anteriores, mas também o acesso a vídeos de rotina. Todavia, para que ocorra esse acesso, o sistema exige que exista um procedimento disciplinar ou criminal previamente instaurado. Com isso, pretende-se evitar a observação fortuita do serviço policial, objetivando acompanhar os casos de interesse público.

O carregamento (*upload*) dos dados (imagens e sons) é realizado quando a câmera é acoplada em equipamentos instalados junto ao Serviço de Dia⁷. Esses equipamentos são chamados de docas (*dock station*) que também proporciona o carregamento das baterias. Assim, o *upload* ocorre independentemente do trabalho do policial militar (operacional ou de apoio administrativo) a uma taxa de carregamento de dados que confere celeridade ao processo.

7 Serviço de Dia é uma sala ocupada por dois ou três policiais que funciona ininterruptamente como suporte logístico aos grupos operacionais, fornecendo equipamentos como armas, munições, tonfas e radiocomunicadores, além de preenchimentos de relatórios de interesse da PMESP, como mapas de produtividade e de efetivo em serviço. Existem muito tempo antes da instalação das COP e foram aproveitados para também operar o *Evidence*. Em algumas unidades visitadas, a operação do software ocorre na Seção de Telemática.

5. Outras medidas de controle do uso da força: o caso da Comissão de Mitigação de Riscos

A partir de julho de 2020, a Polícia Militar do Estado de São Paulo implementou uma iniciativa de supervisão sobre as intervenções policiais que resultavam e morte. Em funcionamento até o presente momento, a Comissão de Mitigação de Riscos é um grupo, formado majoritariamente por Oficiais da corporação, constituído para cada evento em que ocorra MDIP, cuja função é de analisar os procedimentos operacionais adotados pelos envolvidos no fato. A depender da avaliação promovida por essa Comissão, os policiais militares envolvidos passarão por um período de requalificação profissional, sujeito a análises de aproveitamento do conteúdo educacional a eles transmitido. Esse treinamento tem o período aproximado de 45 dias, podendo ser estendido em caso de um conceito insatisfatório obtido.

A análise dessa medida institucional ganha importância em razão de ser apontada como uma das razões, dentre várias já citadas, responsáveis pela queda expressiva das mortes resultantes da ação policial em São Paulo (LIMA et al., 2022; MEDEIROS, 2022; MONTEIRO et al., 2022; INSTITUTO SOU DA PAZ, [s.d.]). Vale destacar a relevância da implementação das Comissões de Mitigação de Risco dado que a redução da letalidade provocada por policiais militares em serviço iniciou antes da adoção das câmeras corporais.

5.1. Composição e funcionamento e duração

Instituída pela Ordem de Serviço n. PM3-006/03/20-CIRCULAR, a Comissão de Mitigação de Riscos não tem um funcionamento permanente, sendo convocada conforme cada um dos eventos e com sua composição a depender do local de lotação do envolvidos.

Assim, em até 5 dias, nos comandos regionais territoriais, o Comandante de Policiamento de Área (Capital ou Grande São Paulo) ou do Interior, ou em caso de os envolvidos serem de áreas especializadas, os Comandos de Policiamento Rodoviário, de Choque, Ambiental ou de Trânsito, deverão instalar essa Comissão.

Ela será composta pelo próprio Comandante e outros 4 Oficiais pertencentes àquele Comando e unidades subordinadas, mas que não pertençam ao escalão hierárquico do envolvidos. Além deles, deverão compor essa Comissão outros 5 Oficiais que pertençam à unidade dos policiais (1 Major – Coordenador Operacional, 1 Tenente, chefe do Setor de Inteligência, o Oficial Superior, o Capitão e o Tenente de serviço no momento do evento). Também integram a Comissão o Sargento que era o responsável pelo turno no dia do evento. Os policiais militares envolvidos são também convocados a comparecer; todavia, não são obrigados a dar esclarecimentos, ainda que, usualmente, decidam trazer seus elementos às verificações em curso.

Essa comissão tem por função “detectar eventuais carências procedimentais no atendimento de ocorrências que requeiram intervenção policial, especialmente quando do resultado morte, e adotar medidas educativas [...] como ferramenta para promover a revisão, aperfeiçoamento e treinamento de técnicas operacionais”. Esse trabalho ocorre em 4 fases, que serão trazidas a seguir.

► 1ª fase - Identificação de Riscos e Avaliação

Consiste em uma reunião na sede do comando de policiamento territorial ou especializado das pessoas descritas anteriormente em que serão analisadas as circunstâncias do evento e sua adequação aos procedimentos operacionais padrão (POP) estabelecidos. São verificados relatórios, registros, vídeos, comunicação com a central de operações (COPOM), telemetria da viatura e imagens obtidas pelas câmeras corporais, admitida outras evidências. Aqueles Oficiais e Sargento que estiveram presentes no local também se manifestam quanto aos fatos. Para os diretamente envolvidos, é reservada a possibilidade de permanecerem calados.

Em razão de sua natureza não-penal nem administrativo-disciplinar, a norma proíbe que sejam juntados documentos de natureza apuratória, tais como os provenientes de inquéritos ou sindicâncias já instaurados.

A partir dessa análise, a Comissão delibera pela necessidade de se passar à Fase 2 ou pelo encerramento dos trabalhos dela. Na primeira hipótese, os envolvidos no fato passarão por uma capacitação dos conteúdos que não foram observados na ocorrência.

► 2ª Fase - Treinamento Dirigido

Após a definição da necessidade de requalificação, a Comissão define um conjunto de assuntos que deverão ser ministrados aos envolvidos. Tais conteú-

dos são oferecidos por meio das videoaulas disponíveis no acervo on-line da PMESP (chamadas *Instrução Continuada de Comando*) e pelo reforço de normas internas (procedimentos operacionais, manuais, notas de instrução etc.)

Esse treinamento é de responsabilidade da seção de treinamento do batalhão em que os envolvidos trabalham. Será desenvolvido em horário administrativo, acompanhando os horários da equipe da seção responsável pelo treinamento, o que repercute em afastar a equipe do seu local ordinário de trabalho (os envolvidos trabalham, em geral, em companhias, que são subordinadas a batalhões) e dos seu turno de serviço originário (em geral, 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso). A duração dessa fase é de 2 semanas.

▶ 3ª Fase - Monitoramento Educativo

Encerrada a fase anterior, os policiais militares envolvidos são rerepresentados às suas originais lotações e atividades. A partir de então, será acompanhado por seus superiores por meio de observações e registros diários em planilhas. Essa fase ocorre por 30 dias.

▶ 4ª Fase - Avaliação da Comissão

Após as etapas anteriores, a Comissão novamente se reúne para deliberar se as ações educativas foram eficazes, caso em que os trabalhos são encerrados. Caso contrário, os envolvidos serão indicados para a frequência obrigatória em cursos ministrados pela Corporação, tal como o Estágio em Procedimentos de Menor Potencial Ofensivo, recomendado pela norma que regula a Comissão de Mitigação de Riscos.

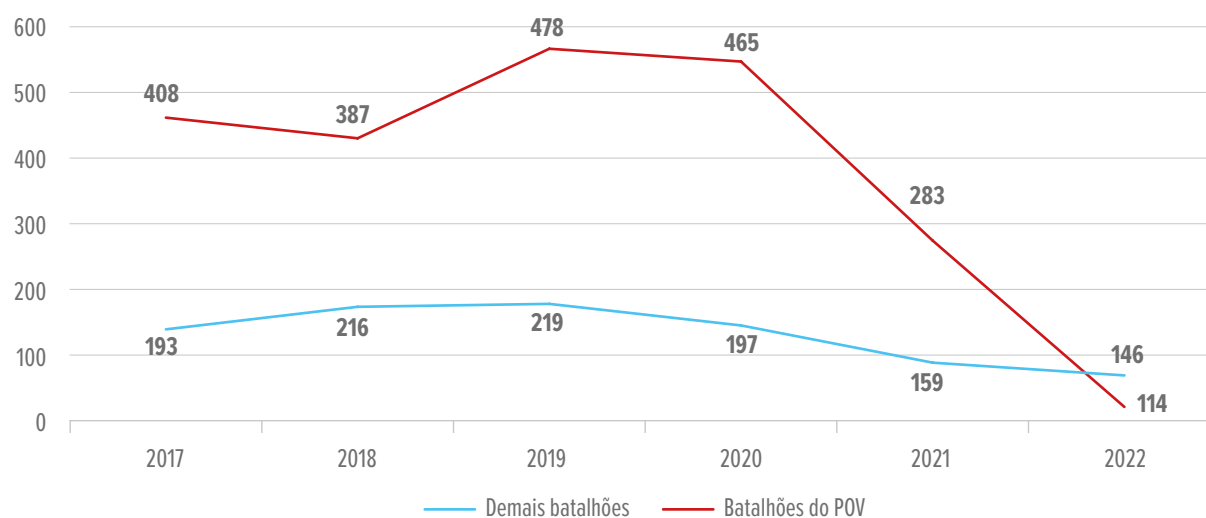
A dinâmica de supervisão colocada em curso pela Comissão de Mitigação de Risco fora parcialmente realizada pela PMESP desde cerca de 4 anos anteriores a essa formatação. Todavia, diferentemente desta experiência, essa dinâmica ficava circunscrita aos batalhões de cujas companhias pertenciam os policiais militares envolvidos em ocorrências com MDIP. Na atual experiência, ao trazer essa análise para uma instância superior ao batalhão (envolvendo lideranças policiais – coronéis – de mais alto escalão) e em uma reunião envolvendo Oficiais que não pertencem à unidade dos envolvidos, acredita-se que tenha repercutido em incentivos aos demais para maior atenção ao cumprimento dos protocolos e consequente uso moderado e escalonado da força. Nessa disposição atual, o Comando da PMESP, ao envolver oficiais de maior posto e em maior quantidade, estaria sinalizando um esforço institucional em enfrentar as questões da letalidade, o que teria, em boa medida, repercutido nos números.

6. Letalidade policial por batalhão: efeitos do Programa Olho Vivo

Para realizar uma análise mais detida sobre o possível impacto do uso das COP pela Polícia Militar de São Paulo, esta seção analisa os dados de letalidade policial por batalhão da PMESP, comparando aqueles que participam do Programa Olho Vivo e aqueles que não participam. Os dados fazem parte do projeto Letalidade Policial em Foco, mantido pelo Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (GECEP) do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP). Diferentemente dos dados disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública, as informações compiladas pelo MPSP incluem o batalhão do policial responsável pelo caso de MDIP. Com esse detalhamento, é possível verificar se o evento se deu em unidade da PMESP incluída ou não no programa de câmeras corporais no momento da ocorrência. Nossa análise se concentra nas mortes por intervenções de policiais militares em serviço, dado que é neste momento que há o uso das câmeras corporais.

Até o final de 2022, 62 dos 135 batalhões da PMESP faziam parte do Programa Olho Vivo. A adesão ao programa aconteceu aos poucos e cinco datas marcam a entrada de diferentes conjuntos de batalhões. Em agosto de 2020, as câmeras são adotadas nos três primeiros batalhões: 11º BPM/M, 13º BPM/M e 37º BPM/M, todos da Capital. Em junho de 2021, mais 15 batalhões passam a fazer parte do programa, incluindo três Batalhões Especiais de Polícia (BAEP) e o 1º Batalhão de Choque, a ROTA. Em janeiro de 2022, 16 batalhões aderem ao uso das câmeras e, em maio do mesmo ano, são incluídos mais 13 batalhões ao programa. Por fim, em agosto de 2022, mais 15 batalhões passam a utilizar as COP.

Ainda que haja uma diminuição geral das mortes provocadas por intervenções da PM no estado, ao comparar os batalhões que fazem parte do Programa Olho Vivo com os demais, é possível observar uma tendência de redução da letalidade mais acentuada entre as unidades que aderiram ao uso das COP, conforme mostra o gráfico a seguir.

GRÁFICO 2: Vítimas de MDIP da PMESP em serviço
 por ano - batalhões do programa e demais batalhões (2017-2022)


Fonte: Elaboração própria, com base no relatório Letalidade Policial em Foco, do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Considerando o período imediatamente anterior a implantação do programa, ou seja, o ano de 2019, e o último período (2022), verificamos uma redução de 62,7% nas mortes por intervenções de policiais militares em serviço, sendo de 76,2% nos batalhões que compõem o programa, e de 33,3% nos batalhões que não possuem as COP.

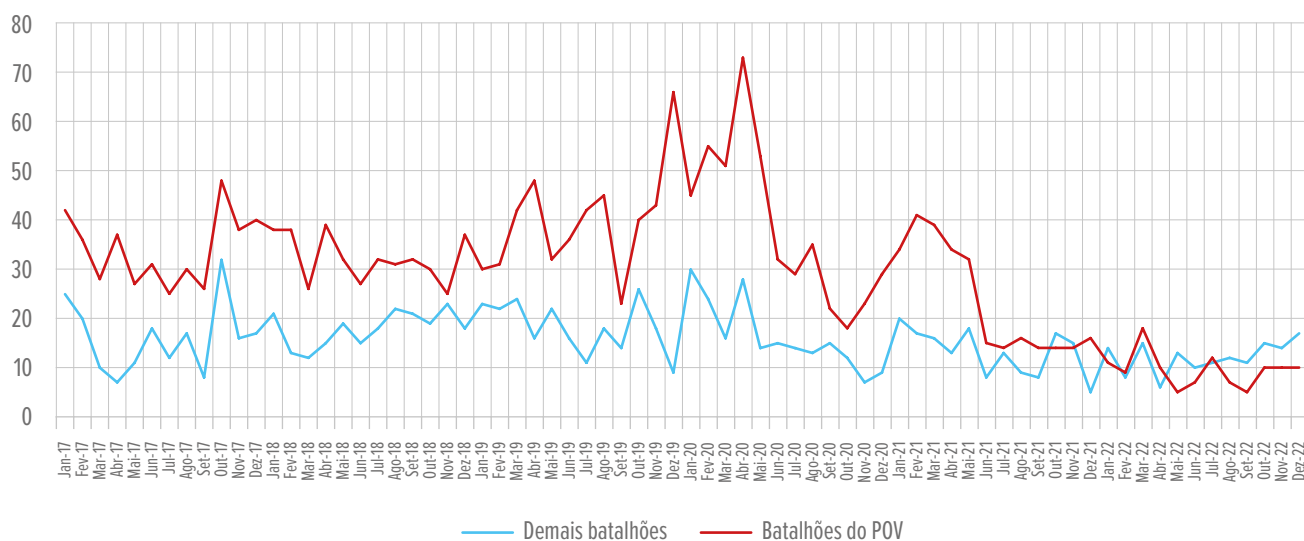
TABELA 2: Vítimas de MDIP da PMESP em serviço
 por ano - batalhões do programa e demais batalhões (2019-2022)

	Demais batalhões	Batalhões do Programa Olho Vivo	Total Geral
2019	219	478	697
2020	197	465	662
2021	159	283	442
2022	146	114	260
Variação (em %)	-33,3	-76,2	-62,7

O gráfico a seguir apresenta o número de vítimas da PMESP em intervenções de policiais em serviço, mês a mês, a partir de 2017 – primeiro ano da série histórica compilada pelo MPSP. Os dados mostram um primeiro momento de inflexão no número de pessoas mortas pela polícia a partir de maio de 2020, quando o total de vítimas passa de 73 em abril para 53 em maio e 32 em junho. No mês seguinte, a implantação das COP seria anunciada pelo então Governador João Dória e, em agosto, elas seriam adotadas nos três primeiros batalhões do Programa Olho Vivo. Um segundo

momento de redução expressiva nas mortes pela PMESP acontece entre maio e junho de 2021, tanto entre os batalhões do POV quanto entre os demais batalhões. Naquele mês, as COP seriam adotadas em mais 15 batalhões da Polícia Militar. O próximo marco na queda das MDIP entre os batalhões do POV acontece em maio de 2022, quando 47 dos 62 batalhões do programa já utilizam as COP.

GRÁFICO 3: Vítimas de MDIP da PMESP
por mês - Batalhões do POV e demais batalhões (2017-2022)



Fonte: Elaboração própria, com base no relatório Letalidade Policial em Foco, do Ministério Público do Estado de São Paulo.

6.1. Perfil das vítimas de letalidade policial

Como apresentamos anteriormente, as estatísticas consolidadas pela Secretaria de Segurança Pública mostram uma expressiva redução na quantidade de pessoas mortas por policiais militares em serviço entre 2020 e 2022. Nesta seção, busca-se analisar se houve uma mudança no perfil destas vítimas. Para isso, foram utilizados os microdados dos boletins de ocorrência registrados pelas unidades policiais no sistema Registro Digital de Ocorrências (RDO)⁸. As informações são disponibilizadas ao público pela SSP/SP em seu site e contém informações relativas às vítimas, aos fatos e aos autores dos casos.

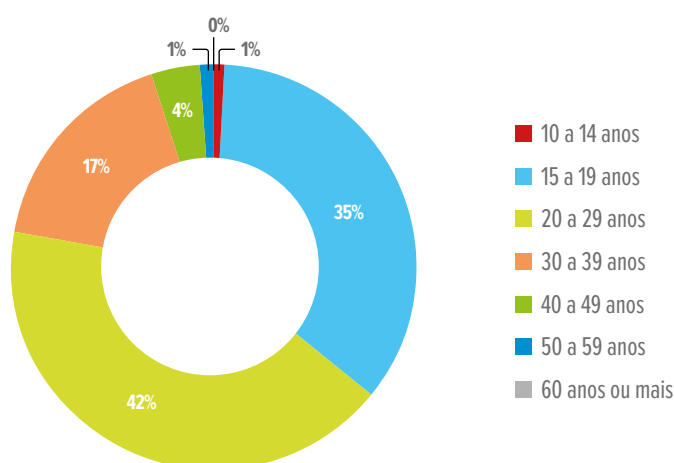
Em geral, o perfil das pessoas mortas pela PMESP em serviço não difere do retrato nacional das vítimas de intervenções policiais. Como apontado por

⁸ Apesar da SSP/SP disponibilizar ao público os microdados de MDIP a partir de 2013, optou-se por analisar o perfil das vítimas para o período de 2017 a 2022, uma vez que a partir de 2017 a quantidade de vítimas listadas na base coincide com o número consolidado divulgado pela Secretaria.

edições anteriores do [Anuário Brasileiro de Segurança Pública](#) (2022; 2021), a maior parte das vítimas é jovem, do sexo masculino e negra. Considerando todo o período analisado, 99,2% das vítimas eram do sexo masculino.

No que diz respeito a idade das vítimas, historicamente a letalidade ocasionada pelas polícias em São Paulo é marcada pelo elevado percentual de adolescentes entre as vítimas. Em 2017, primeiro ano da série histórica aqui analisada, mais de 1/3 de toda a letalidade provocada por policiais militares no horário de trabalho vitimou crianças e adolescentes com idade entre 10 e 19 anos. O segundo grupo mais atingido foi o de jovens de 20 a 29 anos.

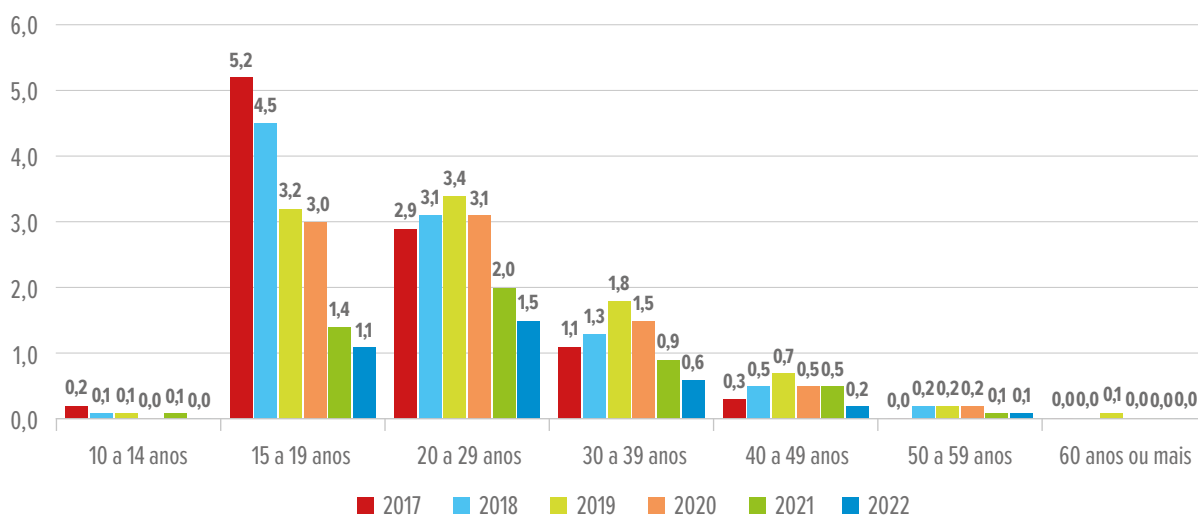
GRÁFICO 4: Faixa etária das vítimas de intervenções de PMs em serviço (2017)



Fonte: Elaboração própria, com base no relatório Letalidade Policial em Foco, do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Embora a letalidade provocada por policiais militares passe a cair a partir de 2018 entre crianças e adolescentes, essa queda se acentua a partir de 2020 quando da implementação das COP. O gráfico abaixo apresenta a taxa de mortalidade por grupo etário e ano entre 2017 e 2022. Em 2017, a taxa de mortalidade de adolescentes de 15 a 19 anos era de 5,2 por grupo de 100 mil. Em 2019, período anterior a implantação do programa de câmeras corporais a taxa foi de 3,2, redução de 37,8% no período. A redução mais acentuada, no entanto, se deu a partir de 2019, e em 2022 a taxa chegou a 1,1 por 100 mil.

GRÁFICO 5: Vítimas de MDIP da PMESP em serviço
por faixa etária, taxas por 100 mil habitantes (2017-2022)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados produzidos pela Coordenadora de Análise e Planejamento da SSP.

Em números absolutos, foram 102 adolescentes vítimas de intervenções policiais em 2019, passando a 34 em 2022, redução de 66,7%. Entre 2017 e 2019 a redução da mortalidade de adolescentes em intervenções policiais chegou a 80,1%, fato que merece ser estudado e documentado, especialmente em um país como o Brasil, que convive com elevados índices de vitimização e letalidade policial.

TABELA 3: Vítimas de MDIP da PMESP em serviço
por faixa etária (2017 a 2022)

Ns. Abs.	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
2017	6	171	208	85	18	2	2
2018	3	146	216	97	30	12	1
2019	2	102	236	138	48	9	4
2020	1	95	214	112	34	9	3
2021	2	42	140	69	31	7	1
2022	1	34	105	46	16	3	1
Variação 2019/2022	-50,0	-66,7	-55,5	-66,7	-66,7	-66,7	-75,0
Variação 2017/2022	-83,3	-80,1	-49,5	-45,9	-11,1	50,0	-50,0

Nota: considera os casos com idade informada na base da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados produzidos pela Coordenadora de Análise e Planejamento da SSP.

Em termos de perfil racial, considerando as pessoas mortas por policiais militares em serviço entre 2017 e 2022, 62,7% eram negros (pretos e pardos), 34,7% eram brancos, 0,1% amarelos, e, em 2,5% a raça/cor da vítima não foi preenchida no BO. Assim como em relação ao gênero das vítimas, não parece existir mudança significativa nesta distribuição ao longo do período.

Ao ponderar o número de vítimas por raça/cor pela população⁹, é possível notar quedas expressivas nas taxas de letalidade, tanto entre negros como entre brancos. Entre 2019 e 2022, as taxas de mortes pela polícia caíram 66,2% entre brancos e 64,3% entre negros. Se tomarmos como referência a variação entre 2017 e 2022, a queda da taxa de mortalidade entre brancos foi de 58,3% e entre negros de 63,5%.

TABELA 4: Taxa de vítimas de MDIP da PMESP em serviço
 por raça/cor (2017 a 2022)

	Branca	Negra (pretos e pardos)
2017	0,7	2,7
2018	0,8	2,6
2019	0,9	2,7
2020	0,8	2,6
2021	0,4	1,7
2022	0,3	1,0
Varição 2019/2022	-66,2	-64,3
Varição 2017/2022	-58,3	-63,5

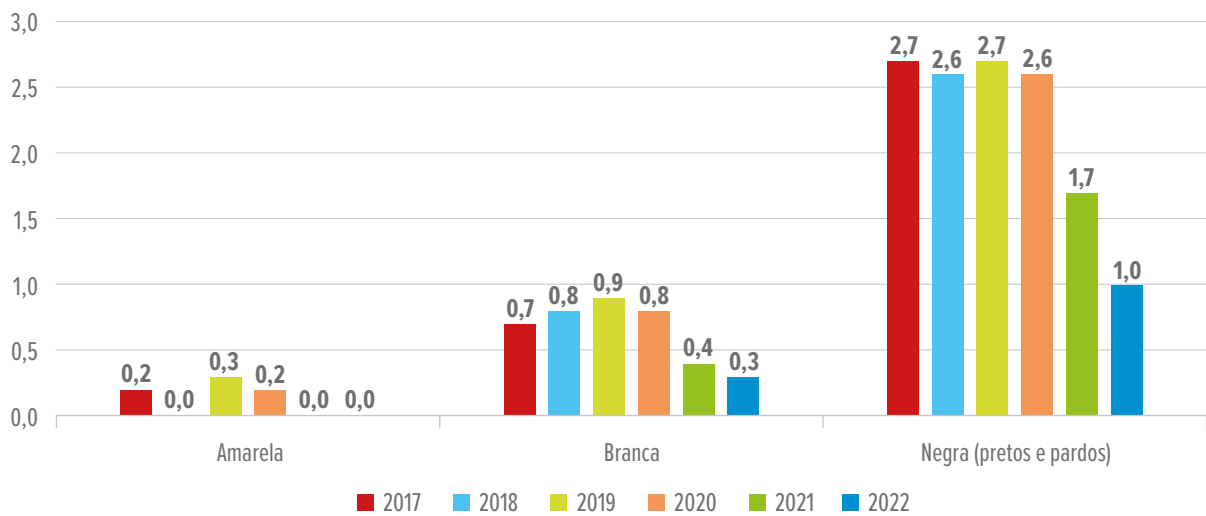
No entanto, é importante ressaltar que, mesmo que a redução da letalidade tenha se dado de modo proporcional entre brancos e negros, a taxa de letalidade pela polícia segue sendo três vezes maior entre negros do que entre brancos.

Por fim, para estimar o total de mortes evitadas pelo programa, comparamos as reduções das médias mensais de MDIP em cada um dos grupos antes e depois da implantação das COP às reduções das mesmas médias nos batalhões sem COP. Neste procedimento, aplicamos o percentual de redução observado nos batalhões não participantes do programa à média mensal dos batalhões do programa antes de sua implantação. Assim, estimamos qual seria o número de mortes

9 Como não existem dados populacionais recentes com recorte racial, aplicou-se a distribuição da população por raça/cor levantada pelo Censo 2010 aos totais da população do Estado em cada ano.

esperado em cada grupo de batalhões com COP se a tendência de diminuição fosse a mesma daqueles sem as COP. A diferença entre o número de mortes esperado e o de fato observado representa a redução que poderia ser atribuída ao programa. Através desta técnica, se supormos que toda a redução extra que se deu nos batalhões com COP em relação aos demais foi devida ao uso das câmeras, **estimamos que tenham sido evitadas aproximadamente 184 mortes nos 62 batalhões participantes do Programa Olho Vivo** desde o início da política, em agosto de 2020, até dezembro de 2022.

GRÁFICO 6: Vítimas de MDIP da PMESP em serviço
por raça/cor, taxas por 100 mil habitantes (2017-2022)



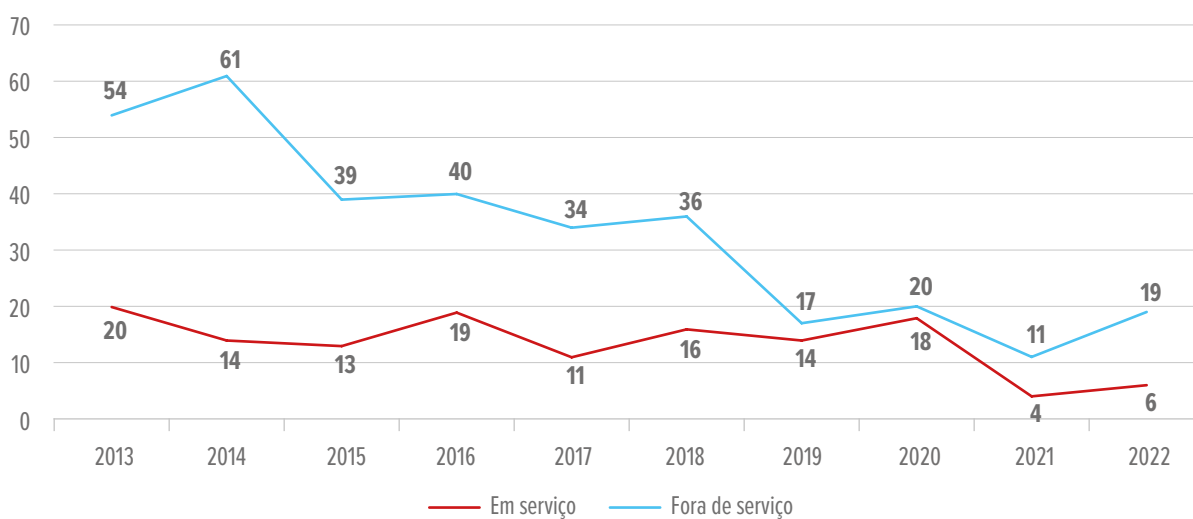
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados produzidos pela Coordenadora de Análise e Planejamento da SSP.



7. Vitimização policial

Outro efeito observado após a implementação das COP foi a redução da vitimização de policiais no horário de serviço. O número de PMs vítimas de homicídio no horário de trabalho passou de 18 em 2020 para 4 em 2021 e 6 em 2022. Estes são os menores números registrados em toda a série histórica.

GRÁFICO 7: Policiais militares mortos em serviço e fora de serviço
(2013-2022)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP/SP).

8. Denúncias de concussão e corrupção policial

Um dos possíveis efeitos da implementação das COP tem relação com a redução dos casos de corrupção e concussão envolvendo policiais que fazem uso deste dispositivo. Policiais corruptos e que adotam práticas ilícitas no horário de trabalho dificilmente o farão se sabem que estão sendo gravados, sob risco de produzirem provas contra si mesmos.

Para tentar compreender o efeito da implementação das COP em denúncias de corrupção e delitos correlatos, solicitamos à Corregedoria da PMESP e à Ouvidoria de Polícia as denúncias de corrupção e concussão recebidas pelos dois órgãos. O crime de corrupção, previsto no art. 312 do Código Penal, refere-se ao ato de um funcionário público apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer bem, público ou privado, para proveito próprio. Já o crime de concussão está previsto no art. 316 do Código Penal e consiste em um dos crimes praticados por funcionários públicos contra a administração, consistindo na exigência, para si ou para um terceiro, de vantagem indevida.

No caso das informações disponibilizadas pela Corregedoria, as denúncias de concussão são mais frequentes e apresentam crescimento entre 2017 e 2020, passando a cair a partir do ano de 2021. Entre 2019 e 2022 a redução foi de 33,3%. As denúncias de corrupção se mantêm mais ou menos estáveis até 2021, apresentando queda no último ano disponível. Entre 2019 e 2022 a redução foi de 45%. A soma das duas ocorrências de denúncia indica queda de 37,5% no último ano quando comparado com 2019, período imediatamente anterior à implementação das COP.

TABELA 5: Dados da Corregedoria da PMESP - Denúncias de corrupção e concussão

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (%)	
							2019/2022	2017/2022
Denúncias de corrupção	22	15	20	16	15	11	-45,0	-50,0
Denúncias de concussão	33	33	36	42	40	24	-33,3	-27,3
Soma	55	48	56	58	55	35	-37,5	-36,4

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados via LAI junto à Corregedoria da PMESP.

As denúncias registradas pela Ouvidoria indicam tendência similar. Os dados, disponíveis para os anos de 2019, 2021 e 2022 demonstram queda de 40,9% nas denúncias de corrupção e de 71,6% nas de concussão. A soma de ambas as categorias indica queda de 55,3% nas denúncias de corrupção e concussão entre 2019, ano anterior a implementação do Programa Olho Vivo, e 2022.

TABELA 6: Dados da Ouvidoria das Polícias - Denúncias de corrupção e concussão

	2019	2021	2022	Variação (%)
Corrupção passiva	115	96	68	-40,9
Concussão	102	61	29	-71,6
Soma	217	157	97	-55,3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados via LAI junto à Corregedoria da PMESP.

9. Recomendações

Ainda que a literatura apresente evidências conflitantes sobre a efetividade do uso de câmeras corporais pelas polícias na redução dos indicadores de uso da força pela polícia, é possível afirmar que, no caso de São Paulo, em face dos resultados observados, esse uso está associado a uma queda significativa das mortes decorrentes de intervenção policial – o que tem um efeito significativo na proteção de adolescentes e jovens contra a violência policial, já que estes são desproporcionalmente representados entre os que morrem em encontros com policiais paulistas. Esse fenômeno tem que ser compreendido em termos que vão além das próprias câmeras, e tem lições importantes para outros estados e para o governo federal ao tentarem desenhar políticas parecidas.

Além disso, a queda expressiva no número de mortes decorrentes de intervenção policial em São Paulo desde a adoção das câmeras corporais representa uma oportunidade para o estado adotar, de fato, um padrão de profissionalização da polícia que mude estruturalmente a escala da violência policial. Para isso, algumas conclusões e recomendações que merecem atenção:

1) As câmeras têm que ser uma ferramenta de uma política pública mais ampla

Em São Paulo, a incorporação das câmeras corporais fez parte de um processo maior. A implantação do Programa Olho Vivo faz parte de um projeto amplo que fortaleceu aspectos de governança, controle e *accountability* na gestão de trabalho da Polícia Militar. A implantação da Comissão de Mitigação de Risco, o uso ampliado das armas de incapacitação neuromuscular, mais restrições sobre a gerência intermediária da PMESP para a redução do uso da força, e a recriação da Comissão de Letalidade também impactaram a redução da violência policial nos últimos anos e contribuíram para um processo de profissionalização da polícia paulista.

2) Na adoção de uma política de câmeras corporais, os detalhes são essenciais

Esse relatório mostra como planejar com cuidado os diversos detalhes para a implementação de câmeras corporais pode fazer toda diferença. Entre outros:

- ▶ Onde a câmera vai ficar na farda faz diferença para que imagens vão ser captadas. A localização usada em São Paulo, junto ao peito, permite um ângulo de captação de imagens privilegiado e na

- altura adequada para a captação dos eventos de interesse, inclusive do corpo dos policiais;
- ▶ A forma de fixação das câmeras na farda é relevante: o uso de presilhas resistentes, como as usadas em São Paulo, impede desacoplamento acidental;
 - ▶ A decisão sobre o que vai ser gravado é essencial; o modelo adotado em São Paulo é de gravação ininterrupta de imagem. Há distinção entre vídeos de rotina (gravados sem acionamento) e vídeos intencionais (acionamento deliberado, que inclui 90 segundos anteriores ao acionamento). As diferenças de resolução, captação de som e tempo de armazenamento entre os tipos de vídeo implicam as possibilidades de uso dessas gravações, e o modelo de armazenamento em nuvem têm implicações, dadas as demandas por espaço geradas pelo volume de material registrado.
 - ▶ A cadeia de custódia dos vídeos é importante no desenho da política, especialmente para que as imagens possam ser usadas como prova em processos criminais. Nenhum ator cadastrado para acessar as imagens têm capacidade de editá-las no servidor onde elas ficam armazenadas, o que garante que as informações brutas das gravações não podem ser alteradas. E o sistema de armazenamento das imagens mantém registros de todos os acessos a qualquer imagem, permitindo reconstituir todos os acessos a evidências em casos criminais.

3) Ainda há trabalho a ser feito em São Paulo

Os resultados aparentemente positivos do Programa Olho Vivo até aqui não devem tirar o foco do que ainda precisa melhorar em São Paulo. Por exemplo, precisa acontecer uma melhora na facilidade do acesso do Ministério Público e da Defensoria Pública às imagens, inclusive com assinatura de convênios que deem segurança jurídica a esses atores para usar as gravações. Precisa ser desenvolvida, de forma mais ampla, uma regulamentação específica sobre o acesso a essas imagens também por partes envolvidas em confrontos com a polícia ou suas famílias; há questões éticas importantes. Finalmente, claro, ainda há batalhões onde as câmeras não foram instaladas, e não podemos aceitar 256 mortes decorrentes de intervenção policial em 2022 como rotina. O momento de queda é oportuno para adotar ainda mais medidas de profissionalização que de fato mudem estruturalmente a forma como a polícia atua em São Paulo, colocando os níveis de violência policial em patamar e escala muito menores do que o histórico do estado.

4) Identificar e responsabilizar os autores de violências é essencial sempre

Apesar da redução nas mortes decorrentes de intervenção policial em 2022, ainda foram 256 pessoas mortas por policiais em serviço e 126 por policiais de folga. Para cada uma dessas mortes, como para morte violenta intencional, é preciso um esforço para fortalecer as investigações e oferecer respostas definitivas. Um dos principais desejos das famílias de pessoas que morrem de formas violentas é obter clareza sobre as circunstâncias da morte, e ver a atribuição e responsabilização dos autores. A impunidade aprofunda e amplia o luto de familiares e amigos, aumenta a sensação de insegurança da população, e multiplica os danos às comunidades impactadas pela violência, deixando-as mais vulneráveis a ciclos de agressão, coerção e retribuição.

5) Diminuir a violência policial é uma política antirracista

A boa notícia é que a redução da violência policial em São Paulo diminuiu drasticamente também as mortes decorrentes de intervenção policial de pessoas negras, algo que historicamente não acontecia em outros momentos de queda. Mas é importante não perder de vista que, mesmo assim, 3 em cada 4 das pessoas que morreram por MDIP no estado em 2022 eram pretas ou pardas. Adotar protocolos para enfrentar o racismo dentro das instituições policiais e do sistema de justiça continua sendo essencial para mudar a estrutura das violências contra pessoas negras.

6) As polícias precisam estar mais bem integradas com o sistema de proteção contra as violências

As polícias são uma parte importante de um sistema de prevenção e resposta às violências, mas precisam ser mais capazes de atuar em conjunto com outras partes do sistema de forma integrada, intersetorial e sistêmica. Uma polícia mais profissional, menos associada a episódios de violência, tem mais chances de conseguir uma integração efetiva com outros atores, especialmente onde a violência é mais prevalente. A atuação policial integrada à atuação de outros atores do sistema – ao sistema de justiça; a serviços de saúde, educação, assistência social; à sociedade civil organizada – oferece uma oportunidade de construir comunidades mais seguras, onde a violência é menos comum, e, quando acontece, é tratada de forma mais célere e abrangente.

7) Na relação com adolescentes, a polícia tem que saber o que faz

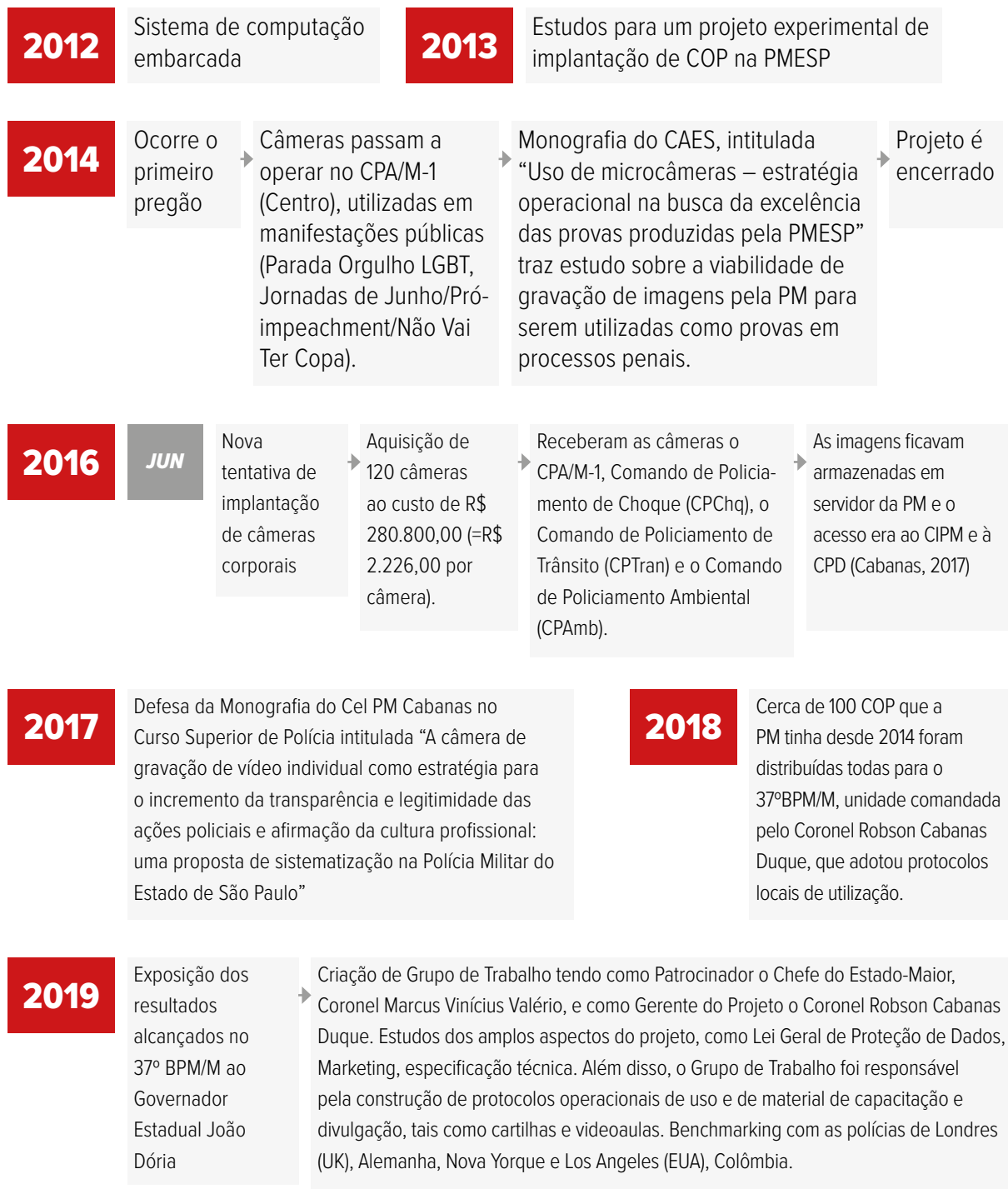
A profissionalização das polícias, em São Paulo e no Brasil, precisa avançar na direção de reconhecer as necessidades diferenciadas de

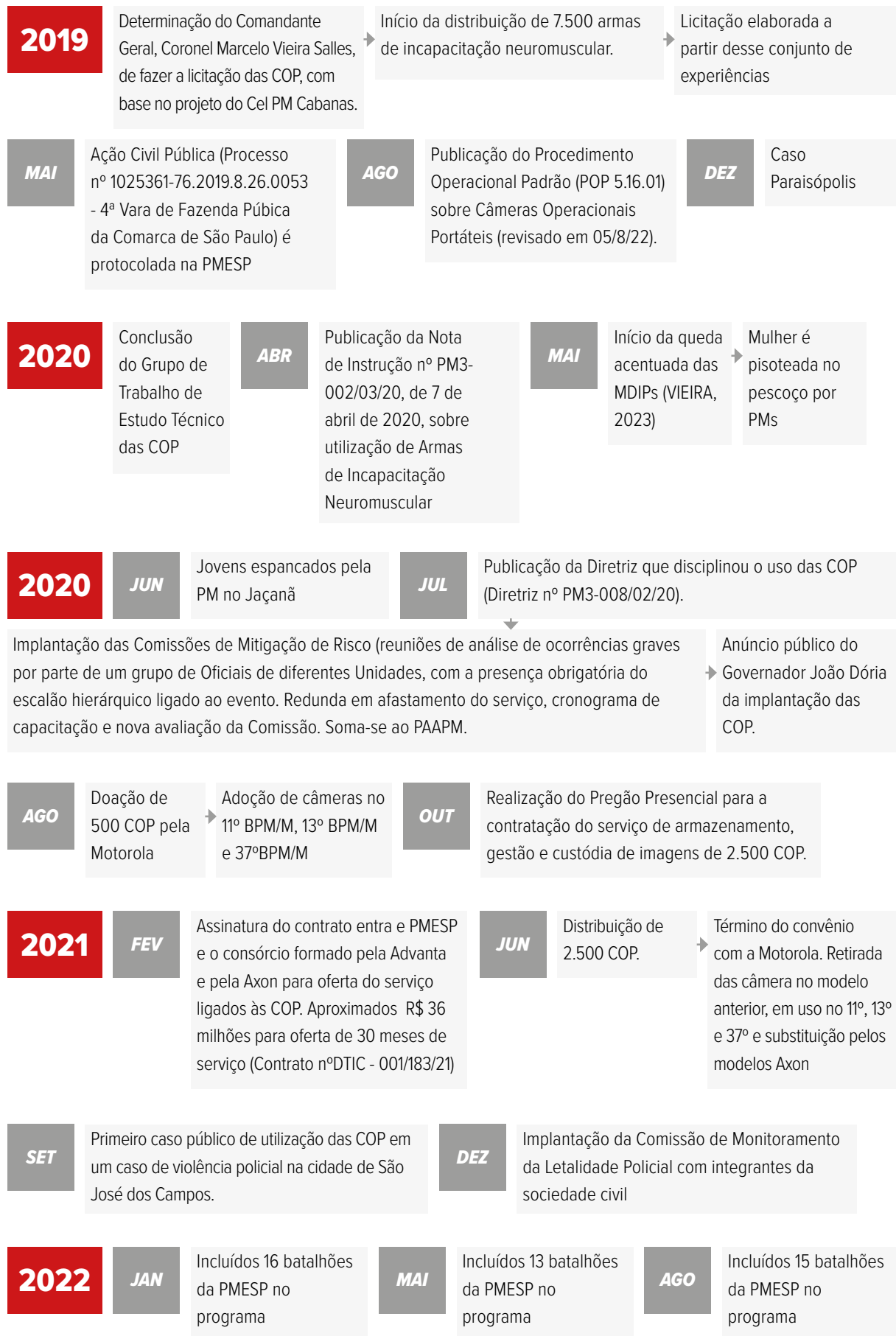
diferentes populações. O desfecho de uma abordagem policial de sucesso, sem uso de violência, está diretamente relacionado com o repertório policial e os instrumentos jurídicos disponíveis ao agente realizando a abordagem. A frequência com que encontros entre policiais e adolescentes escalam para violência é, historicamente, muito maior do que acontece com adultos. Adolescentes são, na média, mais impulsivos do que adultos; têm menos experiência em reconhecer limites em situações de tensão; têm menos mecanismos e habilidades para tentar desescalar discussões e brigas. Tratar adolescentes como se tratam adultos não funciona. A responsabilidade dos agentes de segurança em evitar uso da força é maior. É fundamental que as práticas policiais estejam mais contextualizadas para as dinâmicas específicas da adolescência, para que o encontro entre policiais e adolescentes aconteça de forma segura para ambos.

8) Continuar e aprofundar os estudos sobre o tema

É preciso que continuar a investigar e entender os fatores e políticas que impactam na redução da letalidade policial seja uma prioridade, pois, assim, relações de causa e consequência poderão ser compreendidas de maneira mais aprofundada, possibilitando a criação de políticas públicas cada vez mais robustas para o tema.

Cronologia do processo de implementação das COP





Referências bibliográficas

Ariel, B., Farrar, W. A., & Sutherland, A. (2015). The effect of police body-worn cameras on use of force and citizens' complaints against the police: A randomized controlled trial. *Journal of Quantitative Criminology*, 31, 509–535.

Ariel, B., Sutherland, A., Henstock, D., Young, J., Drover, P., Sykes, J., ... Henderson, R. (2016). Report: Increases in police use of force in the presence of body worn cameras are driven by officer discretion: A protocol based subgroup analysis of ten randomized experiments. *Journal of Experimental Criminology*, 12, 453–463.

Ariel, B., Sutherland, A., Henstock, D., Young, J., Drover, P., Sykes, J., ... Henderson, R. (2017). “Contagious accountability”: A global multisite randomized controlled trial on the effect of police body worn cameras on citizens' complaints against the police. *Criminal Justice and Behavior*, 44, 293–316.

Ariel, B., Sutherland, A., Henstock, D., Young, J., Drover, P., Sykes, J., ... Henderson, R. (2018). Paradoxical effects of self-awareness of being observed: Testing the effect of police body-worn cameras on assaults and aggression against officers. *Journal of Experimental Criminology*, 14, 19–47.

Braga, A., Coldren, J. R., Sousa, W., Rodriguez, D., & Alper, O. (2017). The benefits of body-worn cameras: New findings from a randomized controlled trial at the Las Vegas Metropolitan Police Department. Final report to the National

Braga, A. A., Sousa, W. H., Coldren, J. R., Jr., & Rodriguez, D. (2018b). The effects of body-worn cameras on police activity and police-citizen encounters: A randomized controlled trial. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 108, 511–538.

Defenda PM. (2021). Câmeras corporais na PMESP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D-FOYsRcxs-w&t=3622s>. Acesso em: 28 fev. 2023.

Goodison, S., & Wilson, T. (2017). Citizen perceptions of body worn cameras: A randomized controlled trial. Washington, DC: Police Executive Research Forum.

Instituto Sou da Paz. Mecanismos de Controle do Uso da Força e da Letalidade implementados pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. São Paulo.

Lima, Renato Sérgio de; Bueno, Samira; Sobral, Isabela; Pacheco, Dennis (2022). Câmeras na farda reduzem a letalidade policial? Repositório FGV de Periódicos e Revistas, v. 21 n. 2: Desafios da Gestão Pública.

Hedberg, E. C., Katz, C. M., & Choate, D. E. (2016). Body-worn cameras and citizen interactions with police officers: Estimating plausible effects given varying compliance levels. *Justice Quarterly*, 34, 627–651.

Hyland, Shelley, S. (2016). *Body-Worn Cameras in Law Enforcement Agencies*. Washington, DC: Bureau of Justice Statistics.

Lum, Cynthia; Koper, Christopher S.; Wilson, David B.; Stoltz, Megan; Goodier, Michael; Eggins, Elizabeth; Higginson, Angela; Mazerolle, Lorraine (2020). Body-worn cameras' effects on police officers and citizen behavior: A systematic review. *Campbell Systematic Reviews*, 16(3), –.

Magaloni, Beatriz and Melo, Vanessa and Robles, Gustavo. (2022). Warriors and Vigilantes as Police Officers: Evidence from a Field Experiment with Body-Cameras in Rio de Janeiro, SSRN.

Maskaly, J., Donner, C., Jennings, W. G., Ariel, B., & Sutherland, A. (2017). The effects of body-worn cameras (BWCs) on police and citizen outcomes: A state-of-the-art review. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, 40, 672–688.

MEDEIROS, Fernando Alencar. Construindo a Polícia Militar do século XXI. *Boletim IBCCRim*, n. 356, 2022. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/publicacoes/edicoes/776/8899>.

Monteiro, Joana; Fagundes, Eduardo; Guerra, Julia; Piquet, Leandro. (2022). Avaliação do impacto do uso de câmeras corporais pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. Centro de Ciência Aplicada à Segurança Pública, Fundação Getúlio Vargas.

Polícia Militar do Estado de São Paulo (2020). *Gestão de Risco em ocorrências que requeiram intervenção policial*. Ordem de Serviço n. PM3 - 006/03/20. São Paulo: 3a Seção do Estado-Maior.

Sutherland, A., Ariel, B., Farrar, W., & De Anda, R. (2017). Post-experimental follow-ups—Fade-out versus persistence effects: Rialto police body-worn camera experiment four years on. *Journal of Criminal Justice*, 53, 110–116.



**As câmeras corporais
na Polícia Militar
do Estado de São Paulo:
processo de implementação
e impacto nas mortes de
adolescentes**



**As câmeras corporais
na Polícia Militar
do Estado de São Paulo:
processo de implementação
e impacto nas mortes de
adolescentes**

unicef 



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA